

## PRÁTICAS REFORMISTAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A CONTRIBUIÇÃO DOS IRMÃOS GILDÁSIO E GILSON AMADO

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto<sup>i</sup>  
Alice Ângela Thomaz<sup>ii</sup>  
Universidade Tiradentes (UNIT)

### RESUMO

Para o presente artigo tomamos como objeto de estudo as trajetórias de vida de dois irmãos sergipanos: Gildásio e Gilson Amado, objetivando refletir sobre parte da história da Educação presencial e a distância no Brasil. A partir da atuação, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, dessas duas personagens no campo educacional à frente da Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação - Dese, no caso de Gildásio, e da Fundação Centro Brasileira de TV Educativa - FCBTVE, no caso de Gilson, conseguimos perceber as transformações vivenciadas pela Educação nesse período, permitindo a compreensão do quanto Gildásio e Gilson Amado atuaram e efetivamente promoveram mudanças no ensino brasileiro e o quanto as marcas deixadas por esses intelectuais foram profundas, perpetuando-se até os dias de hoje como referência de concepção de ensino.

Palavras-chave: Educação à distância; Ensino Secundário; Gildásio Amado; Gilson Amado.

### REFORMIST PRACTICES IN BRAZILIAN EDUCATION: CONTRIBUTIONS OF THE BROTHERS GILDÁSIO AND GILSON AMADO

### ABSTRACT

For this article we take as objects of study the life trajectories of two sergipeans brothers: Gildasio and Gilson Amado, aiming to think about part of the story presential and distance education in Brazil. As from the work, especially in the 1960s and 1970s, of these two characters in the educational field in front of the Board of Secondary Education of the Ministry of Education - Desein, in the case of Gildasio, and of the Foundation Center Brazilian Educational TV - FCBETV, in the case of Gilson, we can understand the changes experienced by Education in this period, allowing the understanding of how Gilson and Gildasio Amado acted and effectively promoted changes in brazilian education and how much the marks left by these intellectuals were deep, continuing until the present day as reference of conception education.

Keywords: Distance education; Hight school; Gildasio Amado; Gilson Amado.

### Introdução

Se hoje se discute Educação à distância e presencial pensando em autonomia do aluno, integração com a comunidade na qual a escola está inserida, uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação como instrumentos pedagógicos e a continuidade da formação docente, muito se deve a personagens que há décadas pensaram e propuseram mudanças que permitem reflexões sobre o atual cenário educacional. No Brasil, dentre muitos, destacam-se dois irmãos sergipanos: Gildásio e Gilson Amado.

Ao tomar como objeto de estudo a trajetória de vida dessas personagens da história real brasileira, pretendemos contribuir para o entendimento de parte da história da Educação no Brasil, a partir do impacto e dos avanços promovidos pelas atuações de Gildásio e Gilson, dois dos irmãos Amado de Sergipe. Embora cada um tivesse uma formação específica e atuasse em um campo específico da educação, ambos foram de suma

importância para a configuração dos atuais contornos do ensino no país. Nesse sentido, parafraseando Kramer podemos assegurar que estudar “[...] a história das pessoas significa vê-las reconstituírem-se enquanto sujeitos e reconstituir também sua cultura, seu tempo, sua história, re-inventando a dialogicidade, a palavra” (KRAMER,1998, p.23).

Filhos de Ana de Lima e Menchisedec Amado, Gildásio e Gilson foram parte da prole de 15 filhos<sup>3</sup> do casal, dos quais dois, mais que outros, serviram de exemplo no campo das ideias, para as duas personagens aqui investigadas, são eles: Gilberto e Genolino Amado. O primeiro, filho mais velho de Ana e Melk, como eram conhecidos, nasceu na cidade de Estância/SE, cursou Farmácia na Bahia e posteriormente Direito na Faculdade do Recife, onde iniciou sua carreira política e da qual, anos mais tarde, integrou o quadro de docentes, mas precisamente em 1911, quando foi nomeado professor da cadeira de Direito Criminal, hoje Direito Penal. Gilberto foi ainda deputado federal e senador; atuou em diversos meios de comunicação; destacou-se no campo da literatura, tendo sido, inclusive, eleito imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL); e coroou sua carreira como homem do Direito e da Política ao ser um dos fundadores da Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). De inteligência, cultura e senso crítico notáveis, Gilberto Amado entra para a história política e social brasileira como figura atuante e como precursor dos outros “Amado” de Sergipe.

Genolino, por sua vez, nasceu, quando sua família já havia mudado para Itaporanga d’Ajuda/SE e começou a faculdade de Direito na Bahia, mas a concluiu no Rio de Janeiro, em 1924. Seu destaque, porém, não se deu no campo das leis. Menino de vastas leituras, Genolino deu cedo indícios de suas habilidades para a escrita. Assim, depois de formado seguiu para São Paulo onde, indicado pelo renomado literato Menotti del Picchia, passou a atuar no Correio Paulistano, tendo figurado entre os seus principais redatores. Por conta disso foi convidado para chefiar a Censura Teatral e Cinematográfica de São Paulo, em 1928, cargo perdido com a Revolução de 1930, que pôs fim a república velha através do golpe de Estado que colocou Getúlio Vargas no poder. Retoma então sua atividade jornalística, mas dessa vez no rádio, veículo no qual alcançaria grande destaque em seu retorno ao Rio de Janeiro. Nesta cidade foi nomeado professor do curso secundário da então Prefeitura do Distrito Federal e atuou também na Rádio Mayrink Veiga, escrevendo crônicas sobre a “cidade maravilhosa” e apresentando o programa “Biblioteca no Ar”, ganhador, por duas vezes, do prêmio de melhor programa cultural do rádio brasileiro. Em meio a autoria de livros e traduções, Genolino coroou sua carreira no magistério como um dos fundadores do Curso de Jornalismo na Faculdade Nacional de Filosofia e Letras, e na literatura ao ser eleito, bem como o irmão mais velho, imortal da ABL.

Seguindo o exemplo familiar, Gildásio e Gilson somam-se à Gilberto e Genolino, no rol dos “Amado” sergipanos que lograram êxito em suas carreiras e figuram como destaque nacional por suas atuações, que no caso de Gildásio e Gilson deram-se no campo da Educação brasileira por meio do exercício de funções de destaque tanto no magistério como à frente de órgãos ligados ao Ministério da Educação.

### **Gildásio Amado e sua contribuição para o Ensino Secundário do país**

Gildásio Amado, assim como Genolino, também nasceu na pequena cidade de Itaporanga d’Ajuda, Sergipe, em 30 de agosto de 1906. Começou sua educação formal no Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, em Aracaju/SE, continuando-a, a partir de 1913, no Colégio Jesuíta Antônio Vieira, em Salvador/BA, para onde a família seguiu por influência de Gileno, outro irmão que havia conquistado o cargo de deputado naquele Estado. Anos mais tarde, Gildásio mudou-se para o Rio de Janeiro onde, ao invés de seguir

pelo caminho do Direito, como os irmãos mais velhos, optou pelo curso de medicina, no qual se graduou em 1928, pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Contudo, sua carreira no magistério começou antes mesmo da obtenção do diploma.

Era 1926, quando assumiu o cargo de professor regente de uma turma suplementar do Colégio Pedro II externato ensinando Inglês. Segundo Pinto (2002, p. 414) “A partir de então, exerceria o magistério por 30 anos lecionando História Universal no mesmo Colégio [...]”, mas sua experiência como educador foi mais além. Em 1947, assumiu o cargo de diretor do Colégio Pedro II externato, permanecendo como tal até 1956. Passando, assim, nove anos na direção da mais importante Escola da nação, onde já havia lecionado, dentre outros intelectuais, seu conterrâneo Silvio Romero (1851-1914). Já no ensino superior, foi professor da Faculdade de Farmácia, entre 1930 e 1931; da Faculdade Nacional de Filosofia, no curso de História Natural, de 1950 a 1953; e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal, entre os anos de 1951 e 1953.

Vale lembrar que a discrepância entre formação (medicina) e atuação profissional (magistério) encontra explicação no fato de não existir naquela época curso específico para a formação de professor de ensino secundário. Assim, o recrutamento se fazia entre advogados, médicos, engenheiros, padres e ex-seminaristas. (PINTO, 2002, p. 414)

A contribuição de Gildásio para a educação escolar brasileira foi extensa, não se encerrando em sua atuação no magistério. Sua formação em medicina e, principalmente sua experiência em sala de aula permitiram que Gildásio assumisse altos postos na administração da Educação brasileira. Nesse sentido, foi membro e posteriormente presidente da Comissão Nacional do Livro Didático entre os anos de 1947 e 1955, em seguida exerceu o cargo de diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação, a partir de 1956, e anos mais tarde, em pleno ano de 1968, integrou a Equipe de Planejamento do Ensino Médio da Diretoria do Ensino Secundário, experiência decisiva para que participasse, já nos dois primeiros anos da década de 1970, dos dois grupos de trabalho responsáveis pela Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus no país, bem como uma assessoria técnica no Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura. Foi nessa mesma época, mais precisamente, em 1972, que, junto com outros educadores, apresentou ao Ministro da Educação e da Cultura projeto de política de ensino supletivo. Somaram-se a essas ocupações a chefia da Coordenação de Programas Especiais do Departamento de Ensino Fundamental do MEC, em 1973, a participação no Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro entre os anos de 1975 e 1979, do qual foi presidente da Câmara de Ensino Supletivo, e o desempenho do papel de assistente da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro de 1977 a 1980.

Dentre as experiências relatadas, destacamos uma delas: sua passagem pela Diretoria do Ensino Secundário (Dese).

Em termo administrativo, a passagem pela Dese provavelmente tenha sido a sua experiência mais marcante, tanto pelo desafio que representou como por suas realizações. A importância do cargo pode ser avaliada pela finalidade que Gustavo Capanema atribuía ao ensino secundário: formador “de individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação” (PINTO, 2002, p. 415).

Assim, nomeado por Juscelino Kubitschek, em 1956, Gildásio liderou a Dese em um período de grande agitação em vários campos, a exemplo da política e da economia. Nesse contexto, que abrangia ainda uma concepção de educação centralizadora, rígida, uniforme e excessivamente regulamentada, regida ainda pela legislação do Estado Novo, e a espera da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), paralisada no Congresso Nacional, Gildásio, já em sua posse, dava os primeiros indicativos do quão significativa seria sua gestão à frente da referida Diretoria.

Em seu discurso de posse, ressaltava o desajuste existente entre a estrutura do ensino e a nova realidade social e apresentava uma proposta de solução: “diferenciação deste ensino por desdobramento em vários tipos, ou ao menos pela flexibilidade dos currículos” (Diário de Notícias, 12/4/56). (PINTO, 2002, p. 415).

O discurso de Gildásio pautaria seu trabalho à frente da Dese, que por sua vez lhe renderia muitos desafios. Isto pode ser comprovado no relato que fez da realidade do ensino secundário à época. Segundo ele: “[...] quando iniciamos nossa atividade na diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação, em abril de 1956, a diretoria era o órgão controlador de todo o ensino secundário. [...] Era um modelo casuístico centralizador” (AMADO, 1973, p. 21).

Pautado nesta realidade e disposto a mudá-la, Gildásio Amado, de acordo com Pinto (2002), dividiu sua atuação na Dese em duas frentes: descentralização, que se dividia em formal, referente à transferência do poder do órgão central para os regionais, e informal, relacionada a iniciativas com objetivo de libertar as escolas do esquema de instruções oficiais ao qual estavam subordinadas; e assistência técnico-pedagógica. Esta, por sua vez visava capacitar, qualificar docentes e pessoal administrativo.

Vale destacar que a concretização do plano de ação de Gildásio contou com dois instrumentos: um serviço de inspeção federal aperfeiçoado e a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), ambos herdados de seu antecessor na Dese, Armando Hidelbrand. Com relação às inspetorias, Gildásio Amado conferiu-lhes função de orientadoras pedagógicas, na medida em que estabeleceu novo regulamento. Assim, a criação das inspetorias seccionais foi o primeiro passo para a descentralização de alguns serviços da Dese. Já a respeito da Cades, se Hidelbrand ao criá-la pensava em elevar o nível e difundir o ensino secundário, a Gildásio coube a concretização de seu projeto em quase todos os aspectos propostos (PINTO, 2002). Vendo na Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário um instrumento ágil, menos engessado e amarrado aos processos burocráticos que permeavam a educação da época, Gildásio percebeu que através dela existia a possibilidade de desenvolver ações que acompanhassem sua concepção de modernização do ensino secundário.

Assim, o trabalho da Cades atingiu diversos Estados brasileiros, estendendo-se a quase todo o ensino secundário, capacitando inspetores, diretores, professores, enfim, os diversos atores do processo educacional na busca por aperfeiçoamento. Contudo, o projeto da Cades não se encerrava na capacitação dos elementos humanos, preocupava-se também com equipamentos, publicações de artigos e monografias voltados às temáticas ligadas ao ensino secundário, dentre outros. Sobre a Cades, Gildásio afirmou que “[...] armada como um instrumento menos preso à máquina burocrática que frustrava toda a tentativa de ação pronta e inovadora, [...] constituía uma válvula de escape aos intermináveis e miúdos controles administrativos” (AMADO, 1973, p.36).

As convicções de Gildásio levaram ainda à implementação, em 1957, do regime de convênio entre Dese e certos estabelecimento de ensino, permitindo que alguns diretores

cumprissem também a função de inspetor; à conquista de autorização do Ministério da Educação para que a responsabilidade de desenvolvimento de projetos e programas passasse a ser dos professores; bem como à implantação da orientação educacional, das classes experimentais e do Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT), sendo que os dois últimos tiveram como inspiração as viagens de Gildásio à França e Inglaterra, respectivamente.

Não obstante, vale destacar que Gildásio não importou simplesmente um modelo pronto, mas, a partir das ideias vistas lá fora, desenvolveu projetos ajustados aos seus ideais e a realidade do país. Sendo assim, as classes experimentais, inspiradas nas classes *nouvelles* criadas na França por Charles Brunold, Diretor-Geral do Ensino de 2º Grau Frances, diferenciavam-se dessas por poderem ser implementadas tanto nas escolas da rede pública, como nas da rede privada e por serem planejadas pelas próprias escolas de forma a permitir que os objetivos da renovação curricular fossem aliados a preocupação com a liberdade da escola. Segundo o próprio Gildásio

[...] não se tratava, portanto, da atividade dirigida de fora, por qualquer autoridade da administração oficial, mas de empreendimento que deveria nascer dentro da escola, planejada pelo conjunto de seus responsáveis, diretores, professores, orientadores. (AMADO, 1973, p.43)

Já o Ginásio Orientado para o Trabalho teve como fonte de inspiração o ensino secundário moderno da Inglaterra, e surgiu como uma das sugestões propostas pela comissão, da qual Gildásio foi relator, nomeada pelo Ministro da Educação de então, Clóvis Salgado, para estudar a situação de todos os ramos de ensino médio. A princípio denominada Ginásio Moderno, tal proposição visava o “[...] curso ginásial com um tronco comum de dois anos e ensino diversificado na 3ª e 4ª séries, que incluía disciplinas de iniciação técnica [...]” (PINTO, 2002, p. 418). Esboçava-se então a solução que visava a sistematização dos currículos, cujo próximo passo foi dado em 1961 quando as autoridades da Educação brasileira começaram a apontar para a implementação de uma política de integração dos diversos ramos do ensino médio. Em meio a esse contexto, em 31 de janeiro de 1962, o então presidente João Goulart, juntamente com o primeiro-ministro Tancredo Neves e o ministro da Educação, Antônio de Oliveira Brito, assinou um decreto que nomeava os membros do Conselho Federal de Educação (CFE) que acabara de ser criado, permitindo que o mesmo iniciasse efetivamente suas atividades. Uma das primeiras medidas tomadas pelo órgão foi a regulamentação do ensino médio no sistema federal de ensino. Esta foi publicada no primeiro volume da “Documenta”, periódico que divulgava pareceres, relatórios e deliberações do Conselho Federal de Educação. Assim, a Indicação nº1 do CFE, homologada pelo Ministério da Educação, em abril de 1962, tendo como objetivo a valorização da autonomia das escolas brasileiras na construção de seus currículos, propõe um flexível sistema curricular para o ensino secundário. O mesmo estruturava-se da seguinte forma: disciplinas obrigatórias, a saber: Português, História, Geografia, Matemática e Ciências; disciplinas obrigatórias complementares: Organização Social e Política brasileira, duas línguas estrangeiras modernas, Língua clássica e desenho; e disciplinas optativas: (línguas estrangeiras modernas, música, canto orfeônico, artes industriais, técnicas comerciais, técnicas agrícolas).

Este plano curricular, conforme testemunhou Gildásio Amado, então diretor da Diretoria do Ensino Secundário, órgão do MEC ao qual coube a tarefa de apresentar a proposta, visava suprir, em caráter provisório, as exigências traçadas na LDB de 1961 para o ano letivo de 1962 até que os

conselhos estaduais de educação fossem efetivados. De acordo com Gildásio Amado, o plano foi aceito pelo CFE sem maior alteração com a seguinte ressalva: “a indicação da disciplina Organização Social e Política Brasileira partiu do próprio Conselho Federal, por proposta de Anísio Teixeira” (VIEIRA, 2009, s/d).

Ainda em 1962, na busca pela efetivação das políticas relacionadas ao ensino secundário, especialmente sua integração, o Brasil apresenta, na Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, realizada no Chile, um documento no qual apontava para a luta pelo fim do dualismo no ensino brasileiro. É justamente pautado nesse pensamento que no ano seguinte, em 1963, o governo, através do Plano Trienal (1963-1965) abraça a idéia do Ginásio Moderno, já então denominado de Ginásio Orientado para o Trabalho, o qual deveria ofertar cursos comuns com opção para a prática de comércio, indústria e agricultura, mas sempre adaptados às realidades locais. Como experiência prática, podemos citar o Ginásio Barão de Parima, instalado na Cidade de Boa Vista, Roraima. Fundado em 15 de junho de 1966, através do Decreto Governamental nº 14, e o Ginásio Estadual de Vila Ipê, situado na atual município de Ipê, Rio Grande do Sul. Fundado em 24 de agosto de 1968, através do Decreto de Criação nº 19543, a instituição de ensino começou suas atividades em 1º de março de 1969, tendo como grande incentivador de sua criação, o Frei Casimiro, que há época, em parceria com Frei Rovílio Costa, abraçaram o desafio de mostrar à população da então Vila Ipê a importância da formação educacional para o desenvolvimento da comunidade, principalmente considerando que na década de 1950 a região de Vila Ipê só contava com ensino primário, mais especificamente até a 4ª série.

A partir disso, a grande maioria das crianças abandonavam seus estudos. [...] Frei Casimiro juntamente com Frei Rovílio Costa procuravam mostrar ao povo de Vila Ipê, pensando numa futura emancipação, a necessidade de formar quadros, o que só seria possível elevando o padrão de ensino e educação. Explicaram que seria um ginásio orientado para o trabalho, G.O.T. (Ginásio com Orientação para o Trabalho) segundo orientações da Secretaria de Educação e Cultura. Se fosse construído um ginásio com estas orientações, facilmente conseguiriam a aprovação do Conselho Estadual de Educação, para ser um Ginásio Estadual, já que a política educacional da época voltava-se à profissionalização a nível de 1º e 2º graus. (ESCOLA FREI CASIMIRO, 2008, s/d)

Destacamos aqui que, em 1963, em meio ao processo de definição das concepções dos Ginásios Orientados ao Trabalho, Gildásio Amado foi afastado da diretoria da Dese, à qual retornou em abril de 1964, oportunidade em que reafirmou seu compromisso com o projeto. Isto pode ser percebido através dos esforços de Gildásio para viabilizar a implementação do Ginásio Orientado ao Trabalho, cujas primeiras turmas entraram em funcionamento em 1965. Dentre as medidas adotadas para esse fim, estavam a capacitação de professores através de cursos específicos e a concessão de auxílio para a aquisição de equipamento.

Há ainda outras contribuições de Gildásio Amado para a Educação no Brasil que são dignas de serem citadas. Preocupado com o ensino das ciências naturais e visando a capacitação dos professores ligados a esta área de ensino, Gildásio estrategicamente cria centros de treinamento de professores de Física, Química e Biologia nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Salvador. Além disso, formula e publica uma série de livros didáticos de Química, artigos em revistas e o livro

“Educação média e fundamental”, onde analisou a evolução do ensino no período em que esteve à frente da Dese, incluindo a contribuição dos grupos de trabalho responsáveis pela composição do anteprojeto que resultou na Lei nº 5.692 de 1971, as modificações propostas pelo CFE, a proposta enviada ao Congresso e as principais contribuições dos deputados federais e senadores. Sobre a obra, Geraldo Bastos Silva, afirmou tratar-se de um “[...] livro duplamente importante: como análise de problemas e como depoimento de um participante ativo de um *turning point*<sup>4</sup> de nossa evolução pedagógica” (SILVA, 1973, *apud* PINTO, 2002, p.415).

Diante do exposto, pode-se perceber que, Gildásio não tinha como intento ser um teórico da Educação, sua preocupação era com a prática cotidiana da realidade do ensino brasileiro. Neste sentido, foi um administrador inquieto, estrategista, na concepção de Certeau em “A invenção do cotidiano” (1994), obra em que ele afirma ser a estratégia:

[...] cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. (CERTEAU, 1994, p. 46)

Por certo Gildásio atuou como um estrategista, aliando posição, poder e inteligência em prol do ensino secundário. Ele não se conformou com a realidade posta de um ensino rígido, burocrático, centralizado e verticalizado. Foi justamente na busca por alterar tal contexto que Gildásio pautou sua atuação e sua colaboração para a Educação no Brasil. Assim, como coloca Pinto (2002), a história do ensino secundário brasileiro não pode ser contada sem que se leve em consideração a figura de Gildásio Amado, cujas estratégias em prol de um ensino qualificado e que atendessem às necessidades do país só chegou ao fim em 1983, quando do seu falecimento.

### **Gilson Amado e sua contribuição para o ensino à distância do país**

Gilson Amado nasceu em 1908, também em Itaporanga d’Ajuda/SE, e assim como os outros irmãos mudou-se junto com a família para Aracaju, onde começou sua educação formal no Colégio Salesiano Maria Auxiliadora, tendo, posteriormente, em 1913, seguido com ela para Bahia. No novo Estado continuou seus estudos no Colégio Antônio Vieira. Mais tarde, acompanhando os passos de Gilberto e Genolino ingressou na Faculdade de Direito do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, onde constituiu família.

Seu início de carreira deu-se no Ministério Público do Distrito Federal, na época a cidade do Rio de Janeiro, na Curadoria de Menores. Além disso, atuou ainda no gabinete do Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Gilson, a exemplo de Genolino, destacou-se ainda no campo da comunicação tendo atuado tanto em emissoras de rádio quanto de televisão, apresentando e coordenado mesas-redondas e debates sobre assuntos de interesse público. É justamente da fusão entre a vivência nos veículos de comunicação e seus ideais sociais, que Gilson entra para a história da Educação brasileira como fundador da TV Educativa no país, a qual, segundo ele, constituiu-se como o “educandário da multidão brasileira”.

Um dos primeiros passos nessa direção foi dado em 1962, quando conquistou o horário das 22h30, no canal 9 do Rio de Janeiro, para apresentar mesas-redondas de caráter eminentemente instrutivo. Foi justamente nesse espaço que Gilson lançou a ideia da

Universidade de Cultura Popular, “uma universidade sem paredes, capaz de atender aos milhões de brasileiros maiores de 16 anos que perderam, na época própria, a oportunidade de acesso à escola” (NETO, 2002, p. 421). Através de convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Guanabara, Gilson conseguiu que o projeto da Universidade de Cultura Popular produzisse programas educativos e de cultura geral, a exemplo do “Admissão ao Ginásio” e “Educação Familiar”.

Levando mais além o intuito de utilizar as potencialidades da televisão para o propósito educativo, em 1967, Gilson Amado fundou a Fundação Centro Brasileira de TV Educativa (FCBTVE), que embora tenha um período pré-histórico que remete aos idos de 1952 e as figuras de Roquete Pinto e Tude de Souza, não pode à época, por motivos políticos, ser concretizada. Gilson Amado, entretanto, com experiência na área, uma vez que já havia trabalhado na programação educativa do rádio e da TV Continental, bem como da TV Tupi<sup>5</sup>, levou a ideia adiante e deu início aos trabalhos de educar à distância via televisão. Pode-se afirmar que a meta de Gilson era alfabetizar o maior número de pessoas do país.

Vale ressaltar que nessa época o Brasil estava vivendo sob o regime militar e, no mesmo ano de 1967, foi eleito indiretamente para assumir a presidência da República no lugar de Castelo Branco, o general Arthur da Costa e Silva. Nesse ano também uma nova Constituição foi promulgada, o índice de analfabetismo chegou a 32,05% e foi criado, através da Lei 5.370, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que sofreu várias críticas, pois fora instituído como extensão das campanhas de alfabetização de adultos iniciada por Lourenço Filho, mas alguns educadores o consideravam apenas um espaço criado para ensinar a ler, escrever e contar sem, necessariamente, formar o indivíduo e prepará-lo para a vida.

Foi nesse mesmo contexto que Gilson Amado conseguiu fundar a FCBTVE. Embora constituída legalmente e com a concessão de se estabelecer como rádio e televisão através da Portaria Interministerial nº 408 de 1970 e do decreto federal nº 72.637 de 1973, a TVE do Brasil iniciou seus trabalhos funcionando em circuito fechado em um pequeno apartamento, de propriedade de Gilson, no décimo andar de um edifício comercial na Av. Nossa Senhora de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, onde ele e mais sete colaboradores desenvolviam suas atividades. Sobre os primeiros programas veiculados Franci Silveira Borges, ex-secretaria de Gilson Amado, ressalta:

Nem bem surgiu, em 1967, a Fundação já decolava com um projeto de Recuperação do Ensino Primário. No ano seguinte, esse projeto foi revisto e acrescido de mais um curso para professores leigos, idealizado por Manoel Jairo Bezerra. Também nesse mesmo ano, realizou-se o I Seminário Internacional de Televisão Educativa, que contou com a participação de especialistas internacionais da UNESCO e representantes brasileiros. (MILANEZ, 2007b, p. 37)

Como ainda não havia telecentro, a transmissão era feita através de cerca de 30 emissoras comerciais, por meio de uma permissão concedida para o período diurno. Posteriormente, em 1968, a FCBTVE passa a funcionar em um conjunto de salas alugadas, também no bairro de Copacabana, época em que estendeu suas atividades para além do planejamento de produção de programas educativos. Nesse sentido, a Fundação ampliou as contribuições do I Seminário Internacional de Televisão Educativa, desenvolvendo, a partir de três cursos ministrados pela Unesco, um programa de formação de pessoal. Assim, “[...] para servir ao escopo desse programa de formação e para servir como laboratório para a



produção de programas de curta duração, instalou, na sede, um 'circuito fechado.'" (NETO, 2002, p. 421).

Assim a TV Educativa no Brasil iniciava sua história que seria marcada pela ousadia e determinação de Gilson durante os anos que este esteve em sua direção. Em 1972, Gilson Amado obteve, da Fundação Konrad Adenauer, da Alemanha, os primeiros equipamentos para o Telecentro próprio da FCBTVE. Montado na Av. Gomes Freire, 474, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, o Telecentro, que contava com a concessão do Canal 2 da antiga TV Excelsior (década de 1960), começou a funcionar no dia 26 de novembro de 1973, mas ainda com sua transmissão sendo feita pela TV Rio. Essa transmissão, contudo, fora precedida de vários cursos, seminários, treinamentos e estudos. Destaca-se que a concessão de uso do canal foi outro ponto no qual a ousadia de Gilson Amado foi fundamental, uma vez que o Governo do Rio de Janeiro também pleiteava a concessão do mesmo canal para uso como instrumento da política de Educação Ciência e Tecnologia. Segundo Neto (2002), Gilson usou todas as estratégias para conseguir a outorga do canal para a Fundação.

O Programa veiculado era a novela "João da Silva" uma espécie de "telenovela e curso supletivo de 1º grau, com o ator Nelson Xavier" destinado a jovens e adultos das séries iniciais. A ideia de Gilson era ser o mais didático possível e isso só aconteceria de ele conseguisse despertar a atenção e o interesse dos possíveis alunos. E segundo Gilson a melhor forma para isso era a novela. Em "João da Silva" noções de matemática eram tratadas como sendo usuais e como parte do cotidiano dos personagens que representavam os vários tipos sociais que compunham a sociedade.

Você viu na TV o Sr. Edson dizer que ele precisava construir uma caixa d'água, na forma de um paralelepípedo de 4 m por 3 m, por 2 m, isto é, 4 m de comprimento, 3 m de largura e 2 m de altura. O Sr. Edson mostrou primeiro que na parte inferior ou na base do paralelepípedo poderia construir 4 X 3 quadrados de 1 m de lado. E, a seguir, mostrou que sobre cada um desses quadrados poderia construir tantos cubos de 1 m de aresta quantos fossem os metros de aresta (2 nesse caso). Então, poderia construir 4 X 3 X 2 cubos de 1 m de aresta (...) e o volume da caixa d'água seria 24 m<sup>3</sup> ou 24.000l. O volume de uma caixa d'água que tenha a forma de um paralelepípedo é obtido calculando o produto dos números que indicam as medidas do comprimento, da largura e da altura do paralelepípedo, e acrescentando a unidade de volume – m<sup>3</sup> ou dm<sup>3</sup> ou cm<sup>3</sup> - conforme a unidade de comprimento – m ou dm ou cm – das dimensões do paralelepípedo (KURY, 1973 *apud* MACIEL, s/d, p. 6).

### Segundo Maciel

O Projeto "João da Silva" foi um marco para a teleducação brasileira e, conseqüentemente, para o ensino da matemática. A tentativa pioneira de educar uma grande massa de cidadãos excluídos do ensino formal, a utilização de uma tecnologia, a serviço da educação, em um formato de dramaturgia, e o prêmio inédito concedido pela televisão Japonesa, fez deste curso supletivo um paradigma para a época. (MACIEL, s/d, p. 6)

Destacamos que noções da língua portuguesa também eram explicadas. Além disso, o projeto permitia que o aluno que assistisse as aulas, em casa ou através dos telepostos<sup>6</sup>, tirasse suas dúvidas com os monitores e disponibilizava a ele material impresso para cada tópico abordado, apresentando explicações, exercícios prontos e a serem resolvidos, além

de algumas curiosidades, estando assim apto a responder as provas que vinham anexadas aos cinco volumes de autoria do professor Manoel Jairo Bezerra e que uma vez respondidas deveriam ser encaminhadas a sede da FCBTVE para correção. Vale ressaltar que a Professora Alfredina de Paiva e Souza também contribuiu com o material didático e a programação da FCBTVE. Atentando-se para o fato de que esse sistema de avaliação priorizava o aprendizado em detrimento da forma de avaliação se explica os cerca de 11.000 alunos espectadores. Se ainda avaliarmos a dimensão e a cobertura do projeto de Gilson Amado perceberemos o seu potencial engajador para além do criador. Conforme concebido por Sirinelli, os intelectuais “[...] podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades diferentes, como por exemplo, a assinatura de manifestos –, testemunha ou consciência” (SIRINELLI, 1996, p. 243).

Em 1975 a TVE fez uso de seu próprio canal, embora somente em 1977 a emissora passasse a realizar suas transmissões em caráter definitivo e com programação diária de 6 horas. Nesse espaço de tempo entre a criação em 1967 e a sua independência física 10 anos depois, muitos foram os programas veiculados pela FCBTVE tendo a voz de Dulce Monteiro como apresentadora. Além do projeto de “Recuperação do Ensino Primário”, do “curso para professores leigos”, idealizado por Manoel Jairo Bezerra e da telenovela “João da Silva”, destacaram-se os programas: “É Preciso Cantar” e “Pequena Antologia da MPB”, apresentado por Grande Otelo e com o objetivo de preservar a memória nacional; “Pluft, o Fantasminha” (1975) e “Sítio do Pica-Pau Amarelo” (1977), espécies de teletramaturgia infantil que foram financiadas pela TV Globo e produzidas pela TVE, e a série “Patati-Patatá”, premiada no Japão como melhor programa de conteúdo pedagógico do mundo, em 1981.

Sobressaíram ainda “Vamos gostar de matemática”, “As aventuras do Tio Maneco”, “Plim-Plim o Mágico do Papel”; “Janela da Fantasia”, “A Turma do Lambe-Lambe”; “Canta Conto”, e “I Love You”, no qual eram ensinadas lições de inglês através de músicas. Some-se a esses o “Sem Censura”, um programa de entrevistas e debates iniciado por Lucia Leme e que perdura até hoje a cargo da jornalista Leda Nagle.

Na trajetória da TV educativa no Brasil, é importante destacarmos ainda o ano 1979. Nesse período as emissoras do Norte e Nordeste reuniram-se com o Programa Nacional de Teleeducação (Prontel) e a FCBTVE, e deste encontro resultou a redefinição dos termos de colaboração mútua e o detalhamento do papel da Fundação que passaria a atuar como responsável pela Coordenação Operacional do Sistema que reunia as emissoras educativas no Brasil, promovendo a geração da programação aprovada pelo Colegiado de Coordenação-Geral. Este por sua vez era composto por representantes de todas as entidades oficiais e da Secretaria de Ampliações Tecnológicas do MEC. Assim, o ano de 1979 abriga dois acontecimentos marcantes para a história da Educação à Distância no Brasil. O primeiro foi o fato de a TVE passar a coordenar uma rede de emissoras educativas denominada Sistema Nacional de Televisão Educativa (Sinted), que tinha como afiliadas a Televisão Educativa do Amazonas, a Televisão Educativa do Ceará, a Televisão Educativa do Maranhão, a Televisão Educativa do Espírito Santo, a Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, a Televisão Universitária de Pernambuco, a Televisão Universitária de Natal, a Televisão Nacional de Brasília, a Televisão Rondônia, a Televisão Acre, a Televisão Roraima, a Televisão Amapá e a Televisão Amazonas; além de distribuir programas educativos para mais 56 emissoras brasileiras, como a TV Globo (MACIEL, 2009). Já o segundo acontecimento foi a morte do educador Gilson Amado.

A partir de então uma série de mudanças administrativas ecoam no desempenho da modalidade de educação a distância. Em 1998 a TVE Brasil deixou de ser administrada por

uma fundação e passou para a condição de Organização Social com o nome de Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto. Embora esse novo formato facilitasse a contratação de pessoal, visto não precisar de concurso público e de isentar de licitações a compra de materiais, no ano de 2007 a TVE deixa de existir ficando em seu lugar a TV Brasil, administrada pela recém-criada Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Nesse ínterim algumas iniciativas devem ser destacadas. Dentre elas o nome da FCBTVE que passou a chamar-se, em 1981, FCBTVE Gilson Amado. Nesse mesmo ano a Fundação passou a englobar quatro centros de comunicação: TV, Rádio, Informática e Multimeios no que se constituiu a Funtevê; foi criado o programa "Intervalo", em 1988, que rerepresentava antigos comerciais de TV e foi implantado o programa "Um Salto para o Futuro", na década de 1990, que divulgou programas de educação à distância, visando à capacitação de professores do ensino básico.

Dos fatos que sucedem a TVE Brasil, talvez o mais importante seja a criação, em 1996, da TV Escola. Esta como um programa da Secretaria de Educação a Distância, do Ministério da Educação, e com objetivo, ao contrário do que propunha Gilson Amado, de direcionar a capacitação e valorização de professores de Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede pública, transmitindo quatro horas diárias de programação que inclui material (cadernos, vídeo, guia e pesquisas) para planejamento pedagógico e uso dos programas em sala de aula. Embora a proposta educativa estivesse presente, o público era outro e por certo os ideais também.

Por fim, destacamos que em 1998, quando a Fundação tornou-se Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP), passou a captar patrocínio para financiar parte de sua programação. O que lhe retira o caráter público, ficando à mercê de patrocinadores. Tal TV apesar de descende da FCBTVE inverte seus objetivos, seu público e seu financiador. Demérito? Por certo não, mas não podemos confundi-las e as tomar por uma única. São instituições distintas, pois distintas são suas concepções. A ideia de Gilson atendia a estudantes e seus programas educativos em sua origem e com métodos próprios fizeram da TV Educativa um educandário, uma escola, uma universidade popular precursora do que hoje é o Ensino à Distância no Brasil. Este, com métodos próprios, ferramentas diversificadas, ambientes virtuais de aprendizagem, tele-aulas, fóruns, podcasts, livros didáticos com uma linguagem compreensível e principalmente acessível a uma multidão brasileira a margem do sistema educacional tradicional. Por certo, essa modalidade deve aos intelectuais Roquette Pinto, Tude de Souza, Albertina Paiva, Manoel Jairo Bezerra e principalmente ao itaporanguense Gilson Amado sua história bem sucedida. Isto porque

A história de uma instituição educativa inicia-se pela reinterpretação das histórias anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. Esta identidade implica ainda, para além da internalidade, a inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo, constituído pela rede de instituições congêneres e pelo sistema educativo. (MAGALHÃES, 2004, p. 147).

Se atentarmos para a trajetória da instituição educativa TVE perceberemos o quão atrelada ela foi ao itinerário de seu fundador. Ao reinterpretar as histórias e memórias e perceber os acertos e mesmo as falhas deixadas ao longo do seu processo de implementação, culminando em seu encerramento e na sua substituição, perceberemos também que ela consta no quadro das instituições educativas bem sucedidas da nação, pois foi precursora do Ensino a distância televisivo do Brasil. Mérito dos atores sociais envolvidos e do seu intelectual criador, mediador e engajador, o educador Gilson Amado.

### Considerações finais

Diante do exposto neste artigo pode-se perceber a significativa contribuição dos irmãos Gildásio e Gilson Amado para a história da Educação brasileira. Avaliando-se a dimensão e a cobertura dos projetos de Gildásio e Gilson fica claro o engajamento não só dos irmãos, como de seus projetos em si. Jean François Sirinelli (1996), em sua definição sociológica e cultural acerca do intelectual, clarifica o conceito de engajamento direto ou indireto na vida da cidade. Nesse sentido, ao relacionar jornalistas, escritores, professores secundários, sábios, dentre outros, Sirinelli viabiliza a legitimação da ação de Gildásio e Gilson Amado como eminentemente intelectual.

Assim, ao analisarmos as histórias de vida dos dois irmãos Amado podemos concluir que se trataram de intelectuais atuantes e que, fruto do seu tempo e de sua formação, deram honra a pequena cidade de Itaporanga d'Ajuda, interior do Estado de Sergipe, ao contribuírem, de forma tão empírica, cada um a seu modo, para a melhoria da Educação brasileira. Ao dar soluções para problemas tão candentes como os que povoaram o ensino secundário na década de 1960 como fez Gildásio Amado ou mesmo criar um projeto de educação à distância, para acabar com a multidão de analfabetos que povoava o Brasil da mesma década, como fez Gilson Amado, tais homens através de suas ideias e práticas, por vezes reformistas, tornaram-se dignos de serem colocados na hierarquia dos grandes educadores brasileiros.

### Referências

AMADO, Genolino. **Um menino sergipano**. Memórias. Rio de Janeiro: civilização brasileira; Brasília: INEP, 1977.

AMADO, Gilberto. **História da minha infância**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

AMADO, Gildásio. **Educação média e fundamental**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

ALEX. **Carta aberta a Gilson Amado**. Jornal do Comércio. 13 de fev de 1964.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano**. Artes de Fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

ESCOLA FREI CASIMIRO. **Histórico da Escola**. Disponível em: <http://escolafreicasimiro.blogspot.com/2008/08/historico-da-escola.html>. Acesso em: 08 ago. 2011.

FAMILIA AMADO, genealogia. Disponível em: <http://familia-amado-genealogia.blogspot.com/2009/01/gilson-amado.html>. Acesso em: 20 dez. 2010.

KRAMER, Sonia. **Leitura e escrita de professores**: da prática de pesquisa à prática de formação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.7, p.19-41, jan./abr., 1998.

MACIEL, Leandro Silvio Katzer Rezende. **Projeto “João da Silva” – pioneirismo em teleducação matemática**. Disponível em: <http://limc.ufrj.br/hitem4/papers/6.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

MACIEL, Leandro Silvio Katzer Rezende. **“A conquista”**: uma História da educação à distância pela televisão e o movimento da matemática moderna no Brasil. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em educação Matemática, Universidade Bandeirantes, São Paulo, 2009.

MAGALHAES, Justino Pereira. **Tecendo nexos**: historia das instituições educativas. Bragança Paulista/Editora Universitária São Francisco, 2004.

MILANEZ, Liana. **TVE**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

NETO, Francisco José da Silveira Lobo. Gilson Amado. in FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. BRITTO, Jader Medeiros (ORG). **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MEC- Inep, 2002. p. 420-424.

PINTO, Diana Couto. Gildásio Amado. in FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. BRITTO, Jader Medeiros (ORG). **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MEC- Inep, 2002. p. 414-419.

RORAIMA, Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. **Histórico da Escola Estadual Barão de Parima**. Disponível em: [http://www.educacao.rr.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=767&Itemid=33](http://www.educacao.rr.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=767&Itemid=33). Acesso em: 08 ago. 2011.

SANTANA, J. S. **A crítica cultural no ensaio e na crônica de Genolino Amado**. 2001. 234 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Historia Literaria) - Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2001

SARAIVA, Terezinha. **Educação a distância no Brasil**: lições de história. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

SIRINELLI, Jean Francois. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getulio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. Elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre. (Org.). **Por uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

VIEIRA, Cleber Santos. **História, cidadania e livros escolares de OSPB (1962-1964)**, 2009. Disponível em: <http://secbahia.blogspot.com/2009/03/organizacao-social-e-politico-do-brasil.html>. Acesso em: 27 maio 2011.

XAVIER, Ricardo. **Almanaque da TV - 50 anos de memória e Informação**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.

---

<sup>i</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mestre em Educação e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora PPG 1 da Universidade Tiradentes e líder do Grupo de Pesquisa Sociedade, educação, história e memória. e-mail: raylane\_navarro@unit.br

<sup>ii</sup> Especialista em Comunicação e Novas Tecnologias pela Universidade Tiradentes e graduada em Comunicação Social, habilitações em Jornalismo, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Publicidade e Propaganda pela Universidade Tiradentes, aluna especial do Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes e membro do Grupo de pesquisa Sociedade, educação, história e memória. e-mail: alicethomaz@gmail.com

<sup>3</sup> São os Amado: Gilberto, Iaiá, Gileno, Petina, Gentil, Gildo, Maria Zulmira (Mimi), Genoline (falecida antes dos 7 anos), Giuseppe (Pepino), Genolino, Gildásio, Gilson, Gennyson, Genne e Gilete.

<sup>4</sup> Esta expressão pode ser traduzida como ponto de mudança, de virada.

<sup>5</sup> Gilson Amado havia trabalhado na TV Tupi no Curso de Preparação para Exames de Madureza pela TV.

<sup>6</sup> O projeto era organizado de duas formas: nos chamados Telepostos (os telespectadores assistiam o Curso no próprio Teleposto e recebiam orientação de monitores) e semipresencial, com a recepção das aulas em domicílio e assistência aos alunos-telespectadores em núcleos de atendimento, denominados Centros Controladores. Havia ainda a recepção em domicílio sem qualquer vínculo com os Telepostos ou Centros Controladores. (MACIEL, s/d, p. 4)

Recebido em setembro de 2011

Aprovado em fevereiro de 2012